



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DESA. IOLANDA SANTOS GUIMARÃES DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

| | |
|--|---|
| Processo: 202000715071 | Número Único: 0001329-05.2019.8.25.0036 |
| Classe: Embargos de Declaração | Situação: Andamento |
| Competência: Gabinete Desa. Iolanda Santos Guimarães | Órgão Julgador: 1ª CÂMARA CÍVEL |
| Escrivania: Escrivania da 1ª Câmara Cível | Grupo: III |
| Distribuição: 02/06/2020 | Processo Origem: 202000702952 - Gabinete Desa. Iolanda Santos Guimarães |
| | Processo Vinculado: 202000702952 |

Situações Especiais

Impedimentos / Motivo

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento - Vícios Formais da Sentença
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Material - Acidente de Trânsito
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Composição do Processo

| Relator | 1º Membro | 2º Membro |
|--------------------------------|--|----------------------------|
| Desa. Iolanda Santos Guimarães | Des. Roberto Eugenio da Fonseca Porto | Des. Ruy Pinheiro da Silva |

Dados das Partes

Embargante: DAIANE BISPO DOS SANTOS
Endereço: POVOADO CAMPOS
Complemento:
Bairro:
Cidade: ITAPORANGA D'AJUDA - Estado: SE - CEP: 49120000
Embargante: Advogado(a): FÁBIO CORRÊA RIBEIRO 353/A/SE
Embargado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A
Endereço: RUA SENADOR DANTAS
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031205
Embargado: Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE
Embargado: Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE
Advogado(a): JOÃO ALVES BARBOSA FILHO 780/A/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DESA. IOLANDA SANTOS GUIMARÃES DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DESA. IOLANDA SANTOS GUIMARÃES DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202000715071

DATA:

02/06/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Processo Judicial registrado e autuado nesta data, sob nº 202000715071, denominado Embargos de Declaração, referente ao protocolo nº 20200602153103659, do dia 02/06/2020, às 15:31, pelo advogado FÁBIO CORRÊA RIBEIRO, distribuído para o(a) Relator(a) DESª. IOLANDA SANTOS GUIMARAES em razão do vínculo ao processo Nº 202000702952. Assunto(s): Vícios Formais da Sentença, Acidente de Trânsito, Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Distribuição do 2º grau

PUBLICAÇÃO:

Não

À EGRÉZIA 1ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

Processo nº 202000702952

DAIANE BISPO DOS SANTOS, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seu procurador infra assinado, vem, perante esta Colenda Corte, com fulcro no art. 1.022 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, apresentar **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, em face do r. Acórdão proferido nos autos do processo em epígrafe, pelos motivos e razões a seguir expostas:

DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE

Os embargos de declaração são cabíveis quando ocorre no julgado contradição, obscuridade ou omissão. Assim, importante citar o entendimento do Min. Marco Aurélio do E. STF:

"Os embargos declaratórios não consubstanciam crítica ao ofício judicante, mas servem-lhe ao aprimoramento. Ao apreciá-los, o órgão deve fazê-lo com espírito de compreensão, atentando para o fato de consubstanciarem verdadeira contribuição da parte em prol do devido processo legal." (STF-2ª Turma, A. I. 163.047- 5-PR-AGRG-EDCL, j. 18.12.95, v. U., DJU 8.3.96, p. 6.223. In Theotônio Negrão. Código de Processo Civil e Legislação em vigor, 35ª ed., São Paulo: Saraiva, p. 592, 2003.)"

No caso em apreço, necessário ressaltar a existência de contradição, motivo pelo qual cabível a oposição dos presentes embargos. Ademais, a decisão restou publicada no Diário de Justiça Eletrônico na data de 27/05/2020, estando incoteste a sua tempestividade.

DA CONTRADIÇÃO

Como se avista dos autos, a parte Embargada ajuizou ação a fim de obter indenização do seguro DPVAT em razão de acidente automotivo sofrido.

Após o trâmite do processo em primeira instância, houve o julgamento por esta Colenda Corte, tendo ocorrido contradições na r. Decisão prolatada. Veja-se:

A primeira delas diz respeito à data em que ocorreu o sinistro. Veja-se o que restou consignado no voto do D. Relator:

Assim, tendo ocorrido o sinistro que provocou a invalidez na Apelante em 02/10/2010, em obediência ao princípio do tempus regit actum, deve ser aplicada a legislação vigente à época, in casu, a Lei nº 11.482/2007 [...]. (Destaques acrescidos)

Ocorre que, conforme a vasta documentação trazida aos autos em primeira instância e ratificado nas razões recursais, o acidente, em verdade, ocorreu em 29/01/2019, razão pela qual deve se aplicar as alterações também promovidas pela Lei nº 11.945/2009.

A segunda refere-se ao percentual de redução proporcional da indenização prevista no art. 3º, §1º, II da Lei nº 6.194/74, este alterado pela Lei nº 11.945/2009.

Como se avista, no caso dos autos, o enquadramento da perda anatômica no caso da Embargante, consoante consignado no laudo pericial e na tabela prevista na Lei, foi a de 25% sobre o valor total (1ª fase).

Em números, a indenização que corresponderia a R\$13.500,00, passaria a ter o valor de R\$ 10.125,00.

Após isso, a Lei prevê que há uma 2ª fase, na qual há

redução proporcional da indenização, esta calculada de acordo com a sequela. Veja-se a referida disposição legal:

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Destaques acrescidos)

Como se observa, nesta fase há 04 (quatro) hipóteses de que tal repercussão seja adotada. Em ordem decrescente de gravidade, são elas:

- 1) INTENSA (A MAIS GRAVE DE TODAS, ACOMETIDA À EMBARGANTE) ;
- 2) Média;
- 3) Leve;
- 4) Residual.

A Embargante foi enquadrada na hipótese "1", classificada como "INTENSA", por ser a mais grave desta 2ª e última etapa.

Desta feita, Excelências, interpretando o texto legal, verifica-se que este menciona que haverá redução proporcional da indenização, esta que passará a corresponder a 75% do valor obtido após o previsto no inciso I, isso em casos mais graves (como é foi classificado o da Embargante, "INTENSO").

Desta forma, a indenização a ser percebida pela Embargante deveria corresponder a 75% do valor obtido no cálculo anterior (e não ocorrer o deságio de 75%, como restou interpretado por esta E. Corte).

Ora. Caso assim fosse, o indivíduo com sequela residual,

leve ou média (que são menos graves) auferiria um valor superior a quem está enquadrado como lesão intensa (mais grave). Patente a ocorrência de contradição quanto à interpretação do texto legal, data maxima venia!

Ao que tudo indica é que, quando do julgamento do recurso por esta Colenda Corte, data maxima venia, houve erro de interpretação quanto ao que dispõe a legislação.

Desta feita, nesta 2ª fase, a indenização calculada na primeira etapa deve ser reduzida a fim de corresponder a 75% daquele valor, ou seja, 75% de R\$ 10.125,00, o que resulta em R\$ 7.593,75, valor este devido pela Embargada à Embargante.

Desta feita, em razão da existência das contradições apontadas, requer a esta Colenda Corte que se digne a sanar os vícios que contaminam a referida decisão.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, demonstrados os vícios que contaminam a r. decisão prolatada, requer sejam os presentes Embargos de Declaração conhecidos e providos, a fim de que sejam aqueles sanados, tendo em vista o erro material quanto à data de ocorrência do sinistro (ocorrido 29/01/2019), bem como a aplicação das alterações promovidas pela Lei nº 11.945/2009, bem como a retificação do valor indenizatório para o patamar de R\$ 7.593,75 (sete mil quinhentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos) ante a manutenção de 75% da indenização (e não o desconto de tal percentual), por ser medida de Justiça!

Pede deferimento.

Aracaju/SE, 02 de junho de 2020.

FÁBIO CORRÊA RIBEIRO

OAB/SE 353-A



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DESA. IOLANDA SANTOS GUIMARÃES DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202000715071

DATA:

02/06/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Des.Relator

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DESA. IOLANDA SANTOS GUIMARÃES DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202000715071

DATA:

02/06/2020

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Des.Relator

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DESA. IOLANDA SANTOS GUIMARÃES DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202000715071

DATA:

04/06/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Havendo possibilidade de atribuição de efeitos infringentes, intime-se a parte Embargada para, querendo, manifestar-se sobre os presentes Embargos no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos dos arts. 1.023, §2º, do CPC. Com a manifestação ou o transcurso do prazo, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

LOCALIZAÇÃO:

Des.Relator

PUBLICAÇÃO:

Sim

Decisão ou Despacho

Processo nº: 202000715071

Havendo possibilidade de atribuição de efeitos infringentes, intime-se a parte Embargada para, querendo, manifestar-se sobre os presentes Embargos no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos dos arts. 1.023, §2º, do CPC.

Com a manifestação ou o transcurso do prazo, retornem os autos conclusos.

Cumpra-se.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DESA. IOLANDA SANTOS GUIMARÃES DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202000715071

DATA:

04/06/2020

MOVIMENTO:

Remessa

DESCRIÇÃO:

Processo remetido para o(a) Escrivania da 1ª Câmara Cível.

LOCALIZAÇÃO:

Des.Relator

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DESA. IOLANDA SANTOS GUIMARÃES DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202000715071

DATA:

04/06/2020

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 1ª Câmara Cível

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DESA. IOLANDA SANTOS GUIMARÃES DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202000715071

DATA:

05/06/2020

MOVIMENTO:

Disponibilização no diário de justiça eletrônico

DESCRIÇÃO:

Foi disponibilizado no diário de justiça, no dia 05/06/2020, o movimento registrado no dia 04/06/2020, às 11:00:19 :
Despacho >> Mero Expediente

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 1ª Câmara Cível

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DESA. IOLANDA SANTOS GUIMARÃES DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202000715071

DATA:

09/06/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Aguardando decurso de prazo.

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 1ª Câmara Cível

PUBLICAÇÃO:

Não